



TUDO UM MUNDO



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
3º TRIMESTRE 2022

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2022	4
PMP e Arrears	5
Endividamento	7
Execução Orçamental da Receita	8
Execução Orçamental da Despesa	12
Equilíbrio Orçamental	16
Alterações Orçamentais	17
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	20
Análise das rubricas de Rendimentos	25
Análise das Rubricas de Investimentos	28
Indicadores Financeiros	30
Contabilidade de Gestão	31

Ilustrações

Ilustração 1 - Prazo Médio de Pagamento	5
Ilustração 2 - Endividamento	7
Ilustração 3 - Receita - 3º trimestre 2022/2021.....	8
Ilustração 4 - Despesa - 3º trimestre 2022/2021	12
Ilustração 5 - Regra do Equilíbrio Orçamental	16
Ilustração 6 - Alterações Orçamentais à Receita	17
Ilustração 7 - Alterações Orçamentais à Despesa	18
Ilustração 8 - Gastos e Perdas - 3º trimestre 2021/2022.....	20
Ilustração 9 - Transferências e Subsídios concedidos - 3º trimestre 2021/2022.....	21
Ilustração 10 - Fornecimentos e Serviços Externos - 3º trimestre 2021/2022	22
Ilustração 11 - Rendimentos e Ganhos - 3º trimestre 2021/2022	25
Ilustração 12 - Transferências e Subsídios Correntes - 3º trimestre 2021/2022	26
Ilustração 13 - Impostos, contribuições e taxas - 3º trimestre 2021/2022.....	27
Ilustração 14 - Investimentos - 2º e 3º trimestre de 2022.....	28
Ilustração 15 - Empreitadas concluídas - 3º trimestre de 2022	28
Ilustração 16 - Indicadores Financeiros - 3º trimestre 2021/2022	30
Ilustração 17 - Gastos por Funções	33
Ilustração 18 - Repartição de Gastos por Funções.....	34

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3º TRIMESTRE 2022

Instrumentos previsionais de gestão 2022

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2022, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2021, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2022, no decorrer do terceiro trimestre apresentou um ajustamento mediante uma alteração orçamental, tratada em capítulo próprio mais adiante, traduzida numa redução de 3.867,8 m€ do total do orçamento corrigido apresentando uma dotação final de 293.675,5 milhares de euros (m€), composto por 161.064,1 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 169.642,6 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 109.183,0 m€, sendo as despesas de 124.032,9 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 23.428,4 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€¹.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2021, um orçamento corrigido de 258.224,4 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 140.325,9 m€ e 134.392,5 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 98.654,4 m€ e despesas de 123.831,8 m€, contemplando as outras receitas um total de 19.244,1 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 19.153,3 m€.

¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2021 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo até ao presente trimestre do ano de 2022.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores de bens e serviços e fornecedores de investimentos observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e de bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

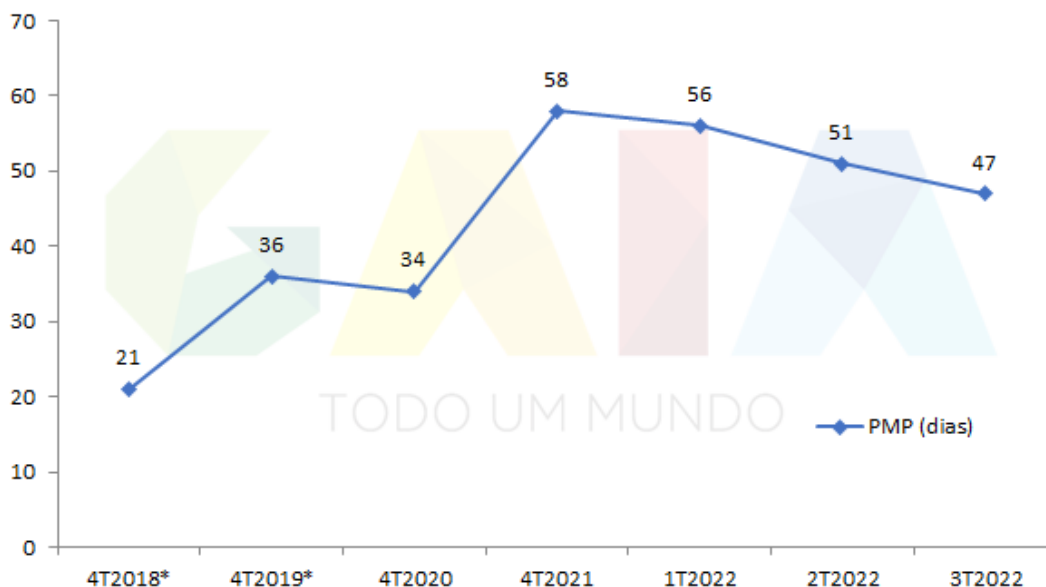


Ilustração 1 - Prazo Médio de Pagamento

*Fonte: DGAL

O PMP apurado em 30/09/2022 é de 47 dias, revelando uma melhoria continua: menos 4 dias face ao trimestre anterior e menos 11 dias comparativamente com o final do ano de 2021.

Endividamento

O endividamento municipal, considerando o enquadramento legal existente, ascende, em 30/09/2021, a 93.092,4 m€. Neste montante, destacam-se os empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 67.460,5 m€, assim como 6.219,3 m€ relativos a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (médio e longo prazo), sendo adstrito à dívida de curto prazo um valor de 19.412,6 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 31.030,1 m€ estão excluídos do limite de endividamento, representando assim, um percentual de 33,33%.

Quanto ao período em análise (30/09/2022), o endividamento municipal ascende a 92.544,3 m€ (-548,11 m€ face a 2021), dos quais 68.697,5 m€ são referentes a empréstimos (de mlp) junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, e 5.809,0 m€ referente a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (de médio e longo prazo), sendo 18.037,7 m€ imputados á dívida de curto prazo.

Do mesmo modo, do endividamento total registado nos primeiros nove meses de 2022, 29.178,0 m€ não contam para os limites de endividamento, representando cerca de 31,53% daquele.

Descrição	30/09/2021	30/09/2022
Dívida de MLP	71 938,35	72 533,04
Empréstimos	66 114,58	67 119,54
Fornecedores e Outros Credores	5 823,77	5 413,50
Dívida de CP	19 412,58	18 037,75
Fornecedores e Outros Credores	19 412,58	18 037,75
Dívida de MLP Exigível a CP	1 741,46	1 973,49
Empréstimos	1 345,96	1 577,99
Fornecedores e Outros Credores	395,50	395,50
Endividamento Total	93 092,40	92 544,29

milhares de euros

Ilustração 2 - Endividamento

Execução Orçamental da Receita

No terceiro trimestre, o orçamento do Município para o exercício de 2022 apresenta uma dotação total de receita cobrada de 170.381,4 m€, registando como receitas correntes o montante de 125.336,3 m€ e receitas de capital cerca de 21.581,0 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 23.219,3 m€ e reposição não abatida nos pagamentos de 244,8 m€.

Por sua vez, no exercício de 2021, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 142.713,22 m€, registando nas receitas correntes um montante de 104.113,3 m€ e nas de capital 19.148,6 m€, acrescentando outras receitas como o saldo de gerência anterior de 19.153,3 m€ e reposição não abatida nos pagamentos de 298,0 m€.

Resultante deste enquadramento, verifica-se uma taxa de crescimento de 19,39% da receita total cobrada de 2022 face ao ano anterior.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no primeiro trimestre de 2022, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

C.Econ	Descrição	3º trimestre 2021		3º trimestre 2022		Difª Cobrança 2022/2021	Taxa de Execução %	
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2021	2022
RECEITAS CORRENTES		140 325,87	104 113,31	161 064,14	125 336,26	21 222,95	74,19%	77,82%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	84 084,27	63 496,83	85 917,75	72 522,14	9 025,31	75,52%	84,41%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 865,30	2 923,63	4 042,46	3 820,43	896,80	75,64%	94,51%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 536,70	7 021,08	5 849,20	4 451,44	-2 569,64	126,81%	76,10%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43 254,43	28 708,27	62 360,96	42 325,05	13 616,78	66,37%	67,87%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 301,27	1 766,61	2 380,11	2 122,75	356,14	53,51%	89,19%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	283,90	196,89	513,66	94,45	-102,44	69,35%	18,39%
RECEITAS DE CAPITAL		98 654,39	19 148,61	109 183,01	21 581,02	2 432,41	19,41%	19,77%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	372,78	286,11	322,91	214,41	-71,70	76,75%	66,40%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42 714,54	9 109,60	53 404,71	8 006,51	-1 103,09	21,33%	14,99%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	20 638,02	0,00	25 630,13	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	33 997,79	9 609,84	29 254,61	12 472,91	2 863,07	28,27%	42,64%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	931,26	143,06	570,65	887,19	744,13	15,36%	155,47%
OUTRAS RECEITAS		19 244,13	19 451,30	23 428,39	23 464,14	4 012,84	101,08%	100,15%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	90,87	298,04	209,04	244,79	-53,25	327,99%	117,10%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	19 153,26	19 153,26	23 219,35	23 219,35	4 066,09	100,00%	100,00%
TOTAL		258 224,39	142 713,22	293 675,54	170 381,42	27 668,20	55,27%	58,02%

milhares de euros

Ilustração 3 - Receita - 3º trimestre 2022/2021

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução bem positiva no global da receita entre 2021/2022 de 27.668,2 m€, ou seja, com acréscimos registados em ambas as vertentes da receita corrente e de capital, em cerca de 21.222,9 m€ e de 2.432,4 m€, respetivamente, reforçado pelo acréscimo registada no saldo transitado (+ 4.066,1 m€), alvejando um resultado final positivo, destacando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 125.336,2 m€ neste terceiro trimestre de 2022, contra 104.113,3 m€ em período homólogo, evidenciando um crescimento de 20,38 % e um peso relativo de 73,6% (72,95% em 2021), verifica-se que este comportamento é compatível com o atual contexto económico de desenvolvimento, resultando numa variação positiva quase generalizado de todas as rubricas da receita corrente, particularmente, nos impostos diretos, com um acréscimo na ordem dos 9.025,3 m€ com principal impacto do sector imobiliário refletido no IMT (+9.256,4 m€), nas taxas específicas das autarquias locais (+896,8 m€) reproduzido no crescimento da taxa de loteamento e obras (+598,4 m€) e taxa turística (+556,7 m€) e, por fim, nas as transferências correntes (+13.616,8 m€), dos quais 11.537,9 m€ oriundos do estado, advindo essencialmente:

- Por um lado, das verbas mensais oriundas da transferência mensais de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no âmbito da educação (10.720,5 m€) entre abril e setembro;

- Por outro lado, com a entrada em vigor da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (LOE/2022), a transferência do Orçamento do Estado para os municípios relativa ao mês de julho, além do duodécimo de julho (calculado com os valores constantes da LOE/2022) integram o diferencial entre as verbas transferidos entre janeiro e junho com base nos montantes constantes da LOE/2021 e os resultantes da LOE/2022, refletindo-se no processamento em julho de acertos nos valores em vários fundos, entre eles o FSM no valor de 1.511,8 m€.

Ainda no que concerne às receitas correntes, verifica-se a continuidade da maior expressão dos impostos diretos e das transferências correntes no total da receita, representando quase dois terços desta, traduzido num peso relativo conjunto de 67,40 %.

Apresentando as receitas de capital um comportamento semelhante ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 21.581,0 m€ no terceiro trimestre do corrente ano, comparativamente com os 19.148,6 m€ registado em 2021, registando um crescimento de 12,70% e um peso relativo no total da receita de 12,66 % contra 13,41%.

Embora com um desempenho menos marcante comparativamente com a sua congénere corrente, as receitas de capital demonstraram no decorrer dos últimos três trimestres, um crescendo comportamental, com um encaixe de mais 2.432,4 m€ face ao ano anterior, verificando-se que, a rubrica que assumiu maior expressão foi os passivos financeiros com um registo de 12.472,9 m€ com destaque na vertente do crédito de MLP (10.972,9 m€), caracterizado da seguinte forma:

- A libertação das duas primeiras tranches do empréstimo para investimentos diversos junto do Banco BPI, S.A (4.587,6 m€);
- A libertação das três primeiras tranches do empréstimo para investimentos diversos junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A (4.698,5 m€);
- A libertação da terceira, quarta e quinta tranches referentes ao financiamento de despesas destinadas ao combate aos efeitos da pandemia da doença Covid-19 pela instituição Caixa Geral de Depósitos, S.A. num total de 1.686,8 m€.

No que toca, às transferências de capital, o valor mensurado em 8.006,5 m€ aglutina na sua essência as transferências do estado com destaque para a transferência da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente á comparticipação de despesas no âmbito da candidatura da Consolidação da Escarpa da Serra do Pilar em 1.350,3 m€ e da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, no âmbito da candidatura Norte 2020, da escola básica de Valadares no valor de 10,8 m€, assim como, as transferências do foro comunitário no âmbito do FEDER, que somaram 5.063,6 m€ refletidos numa panóplia de projetos candidatados e em implementação em todo o concelho .

Da análise suprarreferida, ressalta que no 3º Trimestre de 2022, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 77,82%, registando um acréscimo de 3,63% face a 2021, e as receitas de capital apresentam uma taxa de execução de 19,77%, registando, um ligeiro acréscimo de 0,36% face ao período homólogo.

A taxa de execução da receita total neste semestre de 2022 foi, assim, de 58,02% face aos 55,27% atingido em 2021.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, nos três primeiros trimestres de 2022 e em comparação com período homólogo, um agravamento de 14.740,0 m€, materializando-se em 130.551,0 m€ face ao registo de 115.811,0 m€ em 2021, evidenciando um crescimento de 12,73%. Na base deste comportamento destaca-se o incremento verificado na vertente corrente (+19.724,7m€) com uma variação positiva de 27,82%, que mais do que compensou a contração ocorrida na vertente de capital (-4.984,7 m€) com uma variação negativa de 11,10%.

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no período em estudo em 90.615,5 m€, comparativamente com o registado de 70.890,8 m€ em igual período de 2021, tendo as despesas de capital atingido 39.935,5 m€ face aos 44.920,2 m€, respetivamente.

C.Econ.	Descrição	3º trimestre 2021		3º trimestre 2022		Difª 2022/2021 Despesa Paga	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2021	2022
DESPESAS CORRENTES		134 392,56	70 890,82	169 642,63	90 615,55	19 724,73	52,75%	53,42%
01	DESPESAS COM O PESSOAL	47 134,08	33 236,80	63 567,59	41 823,79	8 586,99	70,52%	65,79%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	56 768,96	21 484,20	65 779,36	27 937,28	6 453,08	37,84%	42,47%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	828,38	552,56	667,86	407,21	-145,35	66,70%	60,97%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 021,97	7 602,61	23 035,56	9 364,09	1 761,48	54,22%	40,65%
05	SUBSÍDIOS	12 121,81	5 616,93	13 029,76	8 285,20	2 668,27	46,34%	63,59%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3 517,36	2 397,72	3 562,50	2 797,98	400,26	68,17%	78,54%
DESPESAS DE CAPITAL		123 831,83	44 920,19	124 032,90	39 935,49	-4 984,70	36,28%	32,20%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	94 387,13	25 116,41	95 480,25	25 607,36	490,95	26,61%	26,82%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 079,81	5 157,10	10 168,74	5 233,72	76,62	63,83%	51,47%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	20 857,38	14 339,87	18 272,41	9 094,41	-5 245,46	68,75%	49,77%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	507,21	306,81	111,20	0,00	-306,81	60,49%	0,00%
TOTAL		258 224,39	115 811,01	293 675,53	130 551,04	14 740,03	44,85%	44,45%

milhares de euros

Ilustração 4 - Despesa - 3º trimestre 2022/2021

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destacam-se as despesas correntes com o registo de um volume de despesa traduzido num aumento quase generalizado das suas componentes e um peso relativo na despesa total de 69,41%, face a 61,21% em igual período.

Neste enquadramento, e no seguimento do que já vem acontecendo, continua a pesar no orçamento municipal as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, revelando uma variação positiva de 25,84 % e 30,04%, respetivamente e comparativamente ao ano anterior, representando ambas um peso relativo no total da despesa de 53,43% em 2022, contra 47,25% no ano anterior.

Assim, o incremento nas rubricas da despesa com pessoal (+8.586,9 m€) e na Aquisição de Bens e Serviços (+6.453,1 m€), deveu-se no primeiro caso, a medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas, no seguimento do DL 51/22 de 26 de julho, sendo no segundo caso, refletido essencialmente na rubrica de aquisição de serviços que perfez 22.831,4 m€ (+4.743,9 m€ face a 2021) adstrito essencialmente a encargos de instalações com consumos de energia que perfizeram 4.041,8 m€ (+1.692,9 m€), alguns ainda referentes a despesa de 2021, e ainda, os encargos com outros serviços no valor de 7.756,8 m€ (+2.804,3 m€), dos quais 4.284,7m€ são referentes ao auxílio económico direto – refeições escolares (+2.140,1 m€), absorvendo o conjunto dos encargos de instalação e outros serviços 51,67% do total da despesa com aquisição de serviços.

Na vertente de aquisição de bens, que registou um montante de 5.105,8 m€ em 2022, o aumento preconizado (+ 1.709,1 m€) vem-se refletindo no agravamento de consumos com combustíveis e lubrificantes que perfizeram 1.178,4 m€ contra 395,5 m€, em 2021 (+782,9 m€), apar dos auxílios económicos diretos, via complemento alimentar nas escolas no valor de 1.630,4 m€ (+1.548,2 m€ m€), sendo que 425,9 m€, são alusivos a encargos ainda do ano anterior.

No que toca, aos subsídios que consubstanciaram em 8.285,2 m€, verifica-se um forte incremento na ordem dos 2.668,2 m€, comparativamente ao período análogo em 2021, traduzido essencialmente:

- No âmbito da empresas publicas municipais e intermunicipais - pagamento 5.500,0 m€ do contrato programa no total de 6.600,0 m€ com as Águas de Gaia, EM,SA e 1.500,0 m€ do contrato programa com a Gaiurb E.E.M no total de 3.000,0 m€, no decorrer do presente exercício;
- No âmbito da municipalização de serviço explorado pela STCP - pagamento de 1.835,1 m€, sendo 733,5 m€ referente a encargos de anos anteriores.

As transferências correntes que somaram no período em análise 9.364,1 m€, vislumbram um incremento de 1.761,5 m€, neste período, muito devido á descentralização de competências na área de educação, traduzido em transferências para os agrupamentos escolares e escolas no valor que somaram 1.865,1 m€, a par ainda das transferências, quer para as juntas de freguesia no valor de 1.887,2 m€ (contra 1.3308 m€ ano passado), sendo 632,2 m€ no âmbito do fundo de recuperação da pandemia por Covid/19, quer para as outras instituições sem fins lucrativos de 4.225,0 m€ (4.628,6 m€ em 2021) e, por fim, para as famílias 1.247,5 m€ (1.507,8 m€ em 2021).

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 41.823,8 m€ nestes primeiros nove meses de 2022, tendo representado 32,04% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 30.282,4 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 72,40%.

Na vertente da despesa de capital, as rubricas que continuam a demonstrar maior expressividade foram a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 25.607,4 m€, mantendo-se consentâneo com o valor exarado em ano anterior, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 9.094,4 m€ contra 14.339,8 m€ em 2021 e por fim, as transferências de capital com um registo de 5.233,7 m€, sem grande oscilação face ao exarado no ano passado.

Esta vertente, evidencia um volume de despesa na ordem dos 39.935,5 m€, verificando-se um desagravamento de 4.984,7 m€ face a 2021, retratado essencialmente pela contração de 5.245,4 m€ dos passivos financeiros. Este comportamento é imputado basicamente por:

- Término dos empréstimos junto do B.C.P – Investimentos diversos das GOP’S e do Banco Bilbao Viscaya – Habitação social, finalizados em julho e agosto de 2022, respetivamente;

- Pagamento em 2021, no mesmo período em estudo, da amortização da primeira tranche no valor de 3.000,0 m€ do empréstimo de curto prazo no valor total de 7.500,0 m€ junto do Banco B.P.I S.A., empolando o valor final dos encargos nesta rubrica naquele ano, não tendo sido amortizado no presente ano corrente, nenhuma tranche do empréstimo de CP no mesmo valor;

No amago das despesas de aquisição de bens de capital o valor exarado de 25.607,4 m€ demonstra um ligeiro acréscimo de 490,9 m€ face a 2021, realçando-se como investimentos mais expressivos os realizados no âmbito das construções diversas (12.8523,9 m€ contra 9.049,4 m€ em 2021) destacando-se como obras mais emblemáticas o PEDU – implementação do

corredor Bus – vasco da gama (2.872,78 m€) e na VL3 (929,8 m€), assim como, diversas obras no concelho a título da rede viária e sinalização (3.243,8 m€), Reabilitação Física da Urbanização de Vila d'Este - Arranjos Exteriores (Fase II- 1.156,7 m€), construção/requalificação do espaço urbano (533,7 m€), centro cívico de oliveira do douro (447,7 m€) e no âmbito dos edifícios (8.148,7 m€ face a 10.710,8 m€ em 2021) destacam-se os investimentos decorridos em diversas escolas do ensino básico do concelho (3.916,3 m€), absorvendo estas duas vertentes de cerca de 83,13% do total de investimento realizado.

No contexto das transferências de capital, continuam a sobressair as despesas para as juntas de freguesia (2.389,5 m€), como aquelas com maior impacto no orçamento municipal, seguidas pelos encargos com o plano de reabilitação integrado do centro hospitalar Gaia/Espinho EPE (1.500,0 m€) e os apoios às entidades sem fins lucrativos (1.344,2 m€).

Para finalizar, resta referir que nestes três primeiros trimestres de 2022, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 53,42% e 32,20%, respetivamente, semelhantes às observadas em período homólogo de 52,75% e 36,28%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que nos últimos nove meses de 2022 a taxa de execução perfez 44,45%, comparativamente com os 44,85% atingidos em igual período de 2021.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 3º trimestre de 2022, o Município não mantém cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI.

De referir, no entanto, que o Orçamento de Estado de 2022, no seu nº 3 do art.º 103 da Lei 12/2022, de 27/06, veio suspender a aplicação do nº 2 do art.º 40 da Lei 73/2013, tendo o Município utilizado essa prerrogativa e, para fazer face às necessidades de realização de despesas correntes, foram utilizadas verbas de capital para reforço de rubricas correntes, deixando de se verificar o cumprimento do nº 2 do art.º 40 da Lei 73/2013, de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais).

Ainda assim, o saldo corrente deduzido da amortização média dos EMLP regista um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2021	ORÇAMENTO INICIAL	30/09/2022 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	152 500,94	161 101,40	179 671,93
	B - Despesas correntes	104 364,51	148 480,09	169 642,63
	C - Saldo corrente (A-B)	48 136,43	12 621,31	10 029,31
	D - Amortização média dos EMLP	13 995,99	12 052,73	11 109,64
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	34 140,43	568,58	- 1 080,34
	F - Percentagem $[A/(B+D)]$	128,8%	100,4%	99,4%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 30/09/2022 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente (milhares de €)

Ilustração 5 - Regra do Equilíbrio Orçamental

Alterações Orçamentais

Nos primeiros 9 meses de 2022, realizaram-se 34 alterações orçamentais, das quais, oito foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e setembro de 2022, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	85 917,75	0,00	0,00	85 917,75
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	4 042,46	0,00	0,00	4 042,46
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 849,20	0,00	0,00	5 849,20
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62 398,22	304,59	341,85	62 360,96
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 380,11	0,00	0,00	2 380,11
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	513,66	0,00	0,00	513,66
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	322,91	0,00	0,00	322,91
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31 079,82	26 964,40	4 639,52	53 404,71
11 ATIVOS FINANCEIROS	25 630,13	0,00	0,00	25 630,13
12 PASSIVOS FINANCEIROS	21 754,61	7 500,00	0,00	29 254,61
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	570,65	0,00	0,00	570,65
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	209,04	0,00	0,00	209,04
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	23 219,35	0,00	23 219,35
Totais	240 668,56	57 988,34	4 981,37	293 675,53

(milhares de euros)

Ilustração 6 - Alterações Orçamentais à Receita

As alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, foram no sentido do seu reforço face às Previsões Iniciais e ocorreram, em grande parte, no 1º trimestre do ano, com a integração do Saldo da Gerência Anterior (23.219 m€) e a aprovação do empréstimo bancário de curto prazo (7.500 m€). Registou-se, ainda durante o 1º trimestre, a inclusão do

Programa 1º Direito, inserido no Programa de Recuperação e Resiliência, o qual prevê, para o ano de 2022, uma receita de capital (Cl.Ec.10) de 25.285 m€.

No 2º trimestre, a alteração de maior relevo foi a inclusão do projeto de “Reabilitação das Margens do Rio Uima” no valor de 1.500 m€ - receita FEDER, dos quais, 52,7 m€ correntes e 1.447,3 de capital (Cl.Ec.06 e 10).

Entre julho e setembro, a variação mais significativa registou-se nas Transferências de Capital (Cl.Ec.10), com uma variação negativa de 3.676,3 m€ face ao trimestre anterior, decorrente da reformulação de algumas empreitadas (caso da obra Canidelo ao pé – Lugar de S.Paio – Fases 1 a 4) e da desistência de outras (nomeadamente, as Fases 4, 6 e 7 da Reabilitação da Intervenção Integrada do Castelo).

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	57 745,79	11 049,90	5 228,10	63 567,59
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	64 701,88	15 812,93	14 735,45	65 779,36
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	638,42	30,74	1,30	667,86
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 680,45	13 512,01	1 156,90	23 035,56
05 SUBSÍDIOS	12 668,75	7 337,20	6 976,19	13 029,76
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 044,80	2 023,70	506,00	3 562,50
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	75 895,61	38 384,68	18 800,04	95 480,25
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 453,96	5 901,78	1 187,00	10 168,74
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,00	0,30
10 PASSIVOS FINANCEIROS	10 636,30	7 636,11	0,00	18 272,41
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	202,30	0,00	91,10	111,20
Totais	240 668,56	101 689,05	48 682,08	293 675,53

(milhares de euros)

Ilustração 7 - Alterações Orçamentais à Despesa

Do lado da Despesa, a conta de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) foi, de todas, a que registou o maior valor de novas inscrições/reforços de Despesa (38.384,68 m€) e também a maior variação: mais 19.584,6 m€ acrescidos à dotação inicial.

Embora menos expressivos, também as rubricas de Transferências Correntes (Cl.Ec.04) e Passivos Financeiros (Cl.Ec.10) tiveram aumentos significativos face à sua dotação inicial: 12.355,1 m€ e 7.636,1 m€, respetivamente. As Transferências Correntes foram, ainda, a rubrica

que registou um maior aumento face ao trimestre anterior (mais 2.485,4 m€), com maior impacto resultante das transferências para agrupamentos escolares e escolas no âmbito da descentralização na área da educação (mais 1.402,2 m€) e das transferências para instituições sem fins lucrativos (mais 355,7 m€) e para as famílias (mais 921,1 m€).

No sentido inverso, com diminuições/anulações no valor de 14.735,5 m€ temos a rubrica de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e, também, a de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) que registou diminuições/anulações 18.800,0 m€, face às respetivas dotações iniciais. Contudo, como já referido, no cômputo geral, entre reforços e diminuições, no final deste 3º trimestre, a Aquisição de Bens de Capital, foi a classe de despesa com maior aumento face à dotação inicial (mais 19.584,6 m€).

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 3º trimestre de 2022 ascenderam a 114.503,7 m€, o que representa um acréscimo de 17% em relação a igual período de 2021.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2021		30/09/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	97 577,26	100%	114 503,72	100%	16 926,46	17%
60	Transferências e subsídios concedidos	22 448,43	23%	28 677,73	25%	6 229,30	28%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 713,52	2%	3 663,83	3%	1 950,31	114%
62	Fornecimentos e serviços externos	21 652,06	22%	24 275,94	21%	2 623,88	12%
63	Gastos com o pessoal	27 312,63	28%	34 390,01	30%	7 077,38	25,9%
64	Gastos de depreciação e de amortização	20 213,31	21%	18 763,23	16%	-1 450,08	-7%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	3 823,04	4%	4 401,98	4%	578,94	15%
69	Gastos por juros e outros encargos	414,25	0%	330,99	0%	-83,27	-20%

(milhares de euros)

Ilustração 8 - Gastos e Perdas - 3º trimestre 2021/2022

Os gastos mais significativos são os Gastos com o Pessoal, com um valor absoluto 34.390,01 m€, um peso relativo de 30% do total dos Gastos (em 2021, representava 28% do total dos Gastos) e uma variação de 7.077,38 m€ face ao mesmo período de 2021. De notar que, no processamento de agosto, foi contemplado o aumento do nível remuneratório de entrada para os Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores (estagiários, licenciados e doutorados), decorrente do D.L. 51/2022, de 26 de julho, que veio aprovar medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas, o qual teve efeitos retroativos a janeiro deste ano.

As Transferências e Subsídios Concedidos (25%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (21%), são também rubricas com um peso relevante no total dos Gastos destes nove meses do ano, e registaram aumentos face ao mesmo período de 2021. Sobretudo no que diz respeito às Transferências e Subsídios Concedidos, estas mostram um incremento de 6.229,3 m€, face a igual período de 2021. O aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos foi de 2.623,88 m€.

Divididos entre Transferências Correntes, Subsídios Correntes e Transferências de Capital, as Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 28.677,73 m€ até 30/09/2022, com a seguinte distribuição de valores, pesos relativos e variação face a 30/09/2021:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2021		30/09/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	22 448,43	100%	28 677,73	100%	6 229,30	28%
60.1	Transferências correntes concedidas	8 218,90	37%	13 273,81	46%	5 054,91	62%
	Estado	0,00	0%	2 356,83	8%	2 356,83	-
	Freguesias	1 333,25	6%	2 410,68	8%	1 077,43	81%
	Famílias	1 265,41	6%	2 170,14	8%	904,73	71%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 007,98	4%	1 495,96	5%	487,97	48%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	232,50	1%	234,00	1%	1,50	-
	Outros	4 379,75	20%	4 606,19	16%	226,43	5%
60.2	Subsídios correntes concedidos	9 191,51	41%	9 600,00	33%	408,49	4%
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 191,51	28%	6 600,00	23%	408,49	7%
	Gaiurb, EM	3 000,00	13%	3 000,00	10%	0,00	-
	Outras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
60.4	Transferências de capital concedidas	5 038,02	22%	5 803,93	20%	765,91	15%
	Administração Central	1 500,00	7%	1 500,00	5%	0,00	-
	Freguesias	2 355,98	10%	2 898,95	10%	542,97	23%
	Instituições sem Fins Lucrativos	1 182,04	5%	1 404,98	5%	222,94	19%

(milhares de euros)

Ilustração 9 - Transferências e Subsídios concedidos - 3º trimestre 2021/2022

Como se pode verificar no quadro acima, é evidente o grande aumento das Transferências Correntes (variação 2021/2022 de 62%), que resultou em mais 5.054,91 m€, dos quais, há que fazer nota do seguinte, das Transferências:

- **Para o Estado** – registo de 2.305,65 m€, decorrente da delegação de competências do PCM nos diretores de AE e ENA, no âmbito do DL 21/2019, o qual concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da educação;
- **Para as Freguesias** – totalizam 2.410,68 m€ o que, quando comparado com o 3º trimestre de 2021, representa um aumento de 81%. No entanto, parte desta variação é explicada pelo facto de, em 2022, ter sido efetuado em abril, o registo contabilístico da totalidade da verba anual prevista, embora, o pagamento às freguesias seja efetuado mês a mês. Em 2021, esse valor foi contabilizado e transferido em duodécimos para cada uma das juntas de freguesias, ou seja, embora o valor anual de transferências para as juntas seja o mesmo em 2021 e em 2022, as datas em que foram registadas contabilisticamente essas transferências é diferente nestes dois anos. Posto isto, os montantes que realmente representam novas verbas transferidas para as freguesias nestes nove meses de 2022 foram: 234 m€ no âmbito do Acordo de Colaboração com as Juntas de Freguesia para mitigação dos efeitos socioeconómicos resultantes da situação pandémica Covid e 390 m€ ao abrigo do Fundo de Recuperação Covid 19;

- **Para as Famílias** - somam 2.170,14 m€, mais 904,73 m€ do que no mesmo período de 2021 explicados, pelo reforço do Programa “Gaia Cuidador” e do “Eixo de Apoio à Habitação e ao Arrendamento” e, sobretudo, pelo Protocolo de colaboração TIP – Transportes Intermodais do Porto de apoio aos passes 13_18 e sub 23 ;
- **Para Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras** – o valor de 1.495,95 m€ refere-se à comparticipação financeira ao abrigo do Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pelas STCP.

Em termos de Subsídios Correntes, foram transferidos 6.600 m€ para as Águas de Gaia, E.M., S.A., decorrente do Contrato-Programa estabelecido (mais 408,5 m€ do que em igual período de 2021) e a transferência de 3.000 m€ para a Gaiurb, E.M ao abrigo do respetivo Contrato-Programa, este ano foi efetuada no 1º semestre (quando em 2021, tal ocorreu em final do 3º trimestre).

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos, até ao final do mês de setembro, estes totalizaram 24.275,9 m€, registando uma variação de 12% face ao mesmo período de 2021.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2021		30/09/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	21 652,06	100%	24 275,94	100%	2 623,88	12%
62.1	Subcontratos e parcerias	2 615,62	12%	3 451,00	14%	835,38	32%
62.2.1.6	Organização de eventos	574,66	3%	575,07	2%	0,41	0%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	2 106,61	10%	1 311,80	5%	-794,81	-38%
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	227,88	1%	134,38	1%	-93,50	-41%
62.2.3	Vigilância e segurança	1 403,44	6%	1 337,97	6%	-65,48	-5%
62.2.4	Honorários	223,78	1%	213,21	1%	-10,58	-5%
62.2.5	Comissões	1 340,28	6%	1 510,45	6%	170,17	13%
62.2.6	Conservação e reparação	1 916,30	9%	2 113,16	9%	196,86	10%
62.4.1.1	Iluminação Pública	2 266,49	10%	2 014,38	8%	-252,11	-11%
62.4.1.2	Instalações Municipais	468,36	2%	657,84	3%	189,48	40%
62.4.2	Combustíveis e lubrificantes	232,35	1%	552,33	2%	319,97	138%
62.4.3	Água	134,61	1%	282,98	1%	148,37	110%
62.4.9	Outros	86,36	0%	457,44	2%	371,08	430%
62.5	Deslocações, estadas e transportes	43,27	0%	133,27	1%	90,00	208%
62.6.1	Rendas e alugueres	2 812,18	13%	2 691,98	11%	-120,20	-4%
62.6.2	Comunicação	262,40	1%	200,29	1%	-62,11	-24%
62.6.3	Seguros	502,42	2%	457,84	2%	-44,58	-9%
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	52,65	0%	159,39	1%	106,74	203%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	294,06	1%	547,75	2%	253,70	86%
62.6.9	Outros serviços	3 031,86	14%	4 795,45	20%	1 763,60	58%

(milhares de euros)

Ilustração 10 - Fornecimentos e Serviços Externos - 3º trimestre 2021/2022

Os gastos de Fornecimentos e Serviços Externos mais relevantes, neste 3º trimestre de 2022 foram os Outros Serviços (20%), os Subcontratos e Parcerias (14%) e as Rendas e Alugueres (11%).

Em termos absolutos, os maiores aumentos foram registados nas rubricas de “Outros Serviços” (mais 1.763,6 m€) e “Subcontratos e Parcerias” (mais 835,4 m€). “Rendas e Alugueres”, ainda que representando 11% do total de Fornecimentos e Serviços Externos, registou um recuo na ordem dos 120,2 m€ face ao mesmo período de 2021.

No caso dos “Outros Serviços”, estes agregam gastos tão diversos como a atribuição de cheques-oferta para aquisição de material escolar, o projeto Gaia + Sucesso para reforço de apoio aos alunos do Município, aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, serviços de manutenção das instalações municipais e tratamento das piscinas ou o contrato de eficiência energética do sistema de iluminação.

Tal como referido nos Relatórios anteriores, o aumento do valor de “Subcontratos e Parcerias” de 2.615,6 m€ para 3.450,9 m€ é explicado pelo aumento dos gastos com Transportes Escolares, pelo incremento do aluguer de viaturas para diversas iniciativas (como o campo de férias, os jogos do Eixo Atlântico e marchas de S.João, entre outras) e do fundo de maneo das CPCJ. Mas deveu-se, sobretudo, pelo retomar da atividade das Cantinas Escolares no 1º trimestre de 2022 que, no mesmo período de 2021, esteve muito restringida pelas medidas de confinamento impostas para combate à Pandemia COVID-19.

Quanto aos gastos com “Rendas e Alugueres”, os dados comparativos revelem um decréscimo de 120,2 m€ entre o 3º trimestre de 2021 e o de 2022, sobretudo por via do arrendamento de Edifícios e Equipamento.

A rubrica com maior diminuição foi a dos “Outros trabalhos especializados” (menos 794,8 m€). A redução verificada em Outros Trabalhos Especializados ficou a dever-se a menores gastos com “Trabalhos de Impressão” neste 1º semestre (em 2021, efetuaram-se trabalhos significativos como a estampagem de máscaras ou a impressão de newsletter, revistas e livros para o Município, por exemplo). Mas a maior redução foi na rubrica genérica de Outros Trabalhos Especializados que, em 2021, comportou despesas com alguma envergadura, como a elaboração de projeto de execução para a reabilitação da Feira dos Carvalhos, o projeto de reabilitação paisagística para as áreas verdes ou a conceção, programação e organização do Fórum Internacional de Gaia – e que não se repetiram em 2022.

De referir que, na data de elaboração do presente relatório, faltava efetuar o cálculo de amortizações e depreciações do mês de setembro de 2022. Já o valor de amortizações e depreciações de 2021, inclui já os valores do mês de setembro.

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos, no final do 3º trimestre de 2022, totalizaram 97.599,9 m€, apresentando um acréscimo de 28%, face ao período homólogo.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2021		30/09/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	76 192,91	100%	97 599,98	100%	21 407,06	-13%
70	Impostos, contribuições e taxas	42 313,04	56%	50 016,54	51%	7 703,49	18%
71	Vendas	0,08	0%	0,00	0%	-0,08	0%
72	Prestações de serviços e concessões	1 402,67	2%	2 131,54	2%	728,87	52%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	27 784,79	36%	40 450,88	41%	12 666,09	46%
76	Reversões	316,50	0%	99,15	0%	-217,35	-69%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	4 330,21	6%	4 857,31	5%	527,10	12%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	45,62	0%	44,56	0%	-1,07	-2%

(milhares de euros)

Ilustração 11 - Rendimentos e Ganhos - 3º trimestre 2021/2022

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 92% do total de rendimentos do 3º trimestre (no mesmo período de 2021, tiveram o mesmo peso).

As referidas rubricas registaram variações positivas face ao mesmo período de 2021. Enquanto a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos teve um aumento de 46%, a rubrica de Impostos, Contribuições e Taxas aumentou 18%.

Embora com menor peso relativo (apenas 2% do total de Rendimentos), a rubrica de Prestação de serviços e concessões registou uma variação significativa de 52%: de 1.402,6 m€ no 3º trimestre de 2021, para 2.131,5 m€ no 3º trimestre de 2022, em virtude da reabertura dos equipamentos municipais e o regresso à atividade normal, após os diversos períodos de confinamento/encerramento, como o verificado no período homólogo de 2021.

No 3º trimestre de 2022, as Transferências e subsídios correntes obtidos foram de 40.450,8 m€, mais 12.666,1 m€ do que no período homólogo de 2021. Esta variação de 46% é desagregada no quadro seguinte.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2021		30/09/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	27 784,79	100%	40 450,88	100%	12 666,09	46%
75.1.1.1	Estado	27 577,28	99%	38 446,30	95%	10 869,03	39%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	8 967,46	32%	8 746,75	22%	-220,71	-2%
	Fundo Social Municipal (FSM)	2 996,79	11%	4 512,43	11%	1 515,64	51%
	Participação no IRS	13 213,59	48%	11 537,61	29%	-1 675,99	-13%
	Transferências de competências - Educação	0,00	0%	10 720,46	27%	10 720,46	-
	Participação do IVA	783,53	3%	661,91	2%	-121,62	-16%
	Direção Regional de Educação Norte	1 546,51	6%	2 217,50	5%	670,99	43%
	Outros	69,40	0%	49,65	0%	-19,74	-28%
75.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos	142,06	0,5%	116,29	0,3%	-25,77	-18%
	Instituto Nacional de Emergência Médica	34,42	0%	50,14	0%	15,72	46%
	Serviço Nacional Bombeiros e Protecção Civil	44,11	0%	7,22	0%	-36,90	-84%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	63,52	0%	58,93	0%	-4,59	-7%
75.1.4	Resto do Mundo	57,74	0,2%	1 880,14	4,6%	1 822,40	3156%
	Outras	57,74	0%	1 880,14	5%	1 822,40	3156%

(milhares de euros)

Ilustração 12 - Transferências e Subsídios Correntes - 3º trimestre 2021/2022

Como se pode constatar no quadro anterior, este aumento é explicado, sobretudo, pelas verbas mensais recebidas pelo Município decorrentes da transferência de competências na área da educação, a qual se concretizou em abril de 2022 e que, até 30/09/2022, somaram 10.720,5 m€. As demais variações verificadas nas “Transferências e subsídios correntes” do Estado decorreram da entrada em vigor, a 28/06/2022, do Orçamento de Estado para 2022, tendo vigorado até essa data, o regime de duodécimos quanto aos montantes provenientes da Administração Central.

Houve também um aumento na ordem dos 1.822,4 m€ em transferências do “Resto do Mundo” que se concretizou em receitas expressivas provenientes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito da candidatura europeia “Gaia Protegida” (1.619,3 m€) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relativos ao programa “Gaia+Sucesso” (248,1 m€).

Ao nível da rubrica dos “Impostos, Contribuições e Taxas”, estas somaram, no final do 3º trimestre de 2022, o total de 50.016,5 m€, registando um crescimento de 18% face a igual período de 2021.

Neste agregado, há a assinalar um crescimento substancial das receitas de IMT na ordem dos 31% - mais 6.231,3 m€ do que no 3º trimestre de 2021. Esta receita representa, no período em análise, mais de metade do total das receitas de “Impostos, contribuições e taxas”

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2021		30/09/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	42 313,04	100%	50 016,54	100%	7 703,49	18%
70.1	Impostos diretos	17 734,18	42%	18 693,41	37%	959,24	5%
	Derrama	3 742,36	9%	3 867,39	8%	125,03	3%
	Imposto municipal sobre imóveis	7 740,40	18%	7 890,71	16%	150,31	2%
	Imposto único de circulação	6 216,08	15%	6 917,60	14%	701,53	11%
	Contribuição Autárquica (CA)	35,35	0%	17,72	0%	-17,63	-50%
70.2	Impostos indiretos	20 399,04	48%	26 630,32	53%	6 231,28	31%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	20 399,04	48%	26 630,32	53%	6 231,28	31%
70.4	Taxas, multas e outras penalidades	4 179,83	10%	4 692,81	9%	512,98	12%
	Taxas específicas das autarquias locais	3 696,18	9%	3 849,55	8%	153,37	4%
	Multas e outras penalidades	483,64	1%	843,25	2%	359,61	74%

(milhares de euros)

Ilustração 13 - Impostos, contribuições e taxas - 3º trimestre 2021/2022

Com igual sentido de crescimento, as “Taxas, multas e outras penalidades” registaram um aumento de 512,98 m€, com especial destaque para as taxas de ocupação da via pública: mais 459,3 m€, para a taxa turística: mais 581,6 m€ e para as “Multas e outras penalidades”: um aumento de 359,6 m€.

Análise das Rubricas de Investimentos

Os Investimentos no 3º trimestre de 2022, face ao período trimestre anterior, registaram uma ligeira aumento, em termos globais, inferior a 1%, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/09/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	937 433,20	100%	941 039,30	100%	3 606,10	0%
41	Investimentos financeiros	128 105,24	14%	128 105,24	14%	0,00	0%
42	Propriedades de investimento	17 204,89	2%	17 186,07	2%	-18,82	0%
43	Ativos fixos tangíveis	738 547,75	79%	744 712,40	79%	6 164,64	1%
44	Ativos intangíveis	200,15	0%	683,44	0%	483,29	241%
45	Investimentos em curso	53 375,17	6%	50 352,16	5%	-3 023,01	-6%

(milhares de euros)

Ilustração 14 - Investimentos - 2º e 3º trimestre de 2022

Esta evolução fez-se sentir de forma diferente na generalizada das componentes de Investimentos. Enquanto os Investimentos Financeiros mantiveram-se inalterados face ao trimestre anterior, os Ativos Fixos Tangíveis e os Ativos Intangíveis registaram aumentos de 6.164,6 m€ e 483,3 m€, respetivamente. Os Investimentos em Curso registaram uma diminuição de 3.023,0 m€ relativamente ao 2º trimestre de 2022.

Os Ativos Intangíveis registaram um acréscimo de 483,3 m€ em termos brutos decorrente, essencialmente, da rubrica de Programas de Computadores e Sistemas de Informação.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público que, tal como em 2021, representam 42% dos Investimentos. Seguem-se os Edifícios e outras Construções, com um peso de 26% no total dos Investimentos.

Sobretudo, decorrente das variações da rubrica de Edifícios e Outras Construções (menos 2.101,7 m€) dos Investimentos em Curso, diminuíram em 3.023,0 m€ face ao trimestre anterior, dos quais podemos referir obras importantes que foram terminadas e imputadas às respetivas contas de Ativos Fixos Tangíveis:

Projeto	Valor (€)
230 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. DR. MOREIRA DE SOUSA ENTRE AS RUAS CRUZ DE CARRAIS E 25 DE ABRIL - PEDROSO	629,90
208 - SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS EM FIBROCIMENTO NAS ESCOLAS BÁSICAS DA QUINTA DOS CASTELOS, ALDEIA NOVA, CADAVÃO E JI DO CEDRO - BENEFICIAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS ESCOLARES	671,70
098 - REABILITAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DA QUINTA DOS CASTELOS	610,40
226 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DELFIM DE LIMA - 3ª FASE - ENTRE A RUA DO CRUZEIRO E A RUA 25 DE ABRIL	1 231,78

(milhares de euros)

Ilustração 15 - Empreitadas concluídas - 3º trimestre de 2022

De referir que, para a análise dos Investimentos, são considerados valores líquidos de amortizações e depreciações. Os valores de 2022 não incluem o cálculo de amortizações e depreciações relativos a setembro (o qual foi calculado em data posterior à recolha da informação financeira de suporte à elaboração deste relatório).

Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os números apurados para o 3º trimestre de 2022 muito semelhantes aos do mesmo período de 2021.

INDICADORES	30/06/2021	30/06/2022
Ativo Corrente / Ativo Total	10%	9%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	38%	36%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	85%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	79%	102%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	547%	538%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	15%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	874%	1012%
Investimentos / Ativo Total	90%	91%

Ilustração 16 - Indicadores Financeiros - 3º trimestre 2021/2022

Rácios como a Autonomia Financeira, Endividamento, Peso do Passivo Corrente ou do Ativo Corrente mostram-se inalterados ou com ligeiras variações percentuais (1 a 2 p.p.) entre os períodos comparados.

Podemos verificar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada: o seu Património Líquido é mais de 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 135%, apresentando uma significativa melhoria face aos 96% do período homólogo, motivada pelo aumento de 56% dos meios financeiros líquidos (de 29.411,3 m€ em 2021, para 45.737,5 m€ em 2022) - o Passivo Corrente aumentou 11%, de 44.616,0 m€ em 2021 e 43.234,9 m€ em 2022.

Embora com um ligeiro recuo no valor dos Investimentos (menos 1%), o peso deste agregado no Total do Ativo (91%) e, em particular, no Ativo Corrente (995%) diminuiu, dado o significativo aumento de 21% no valor do Ativo Corrente.

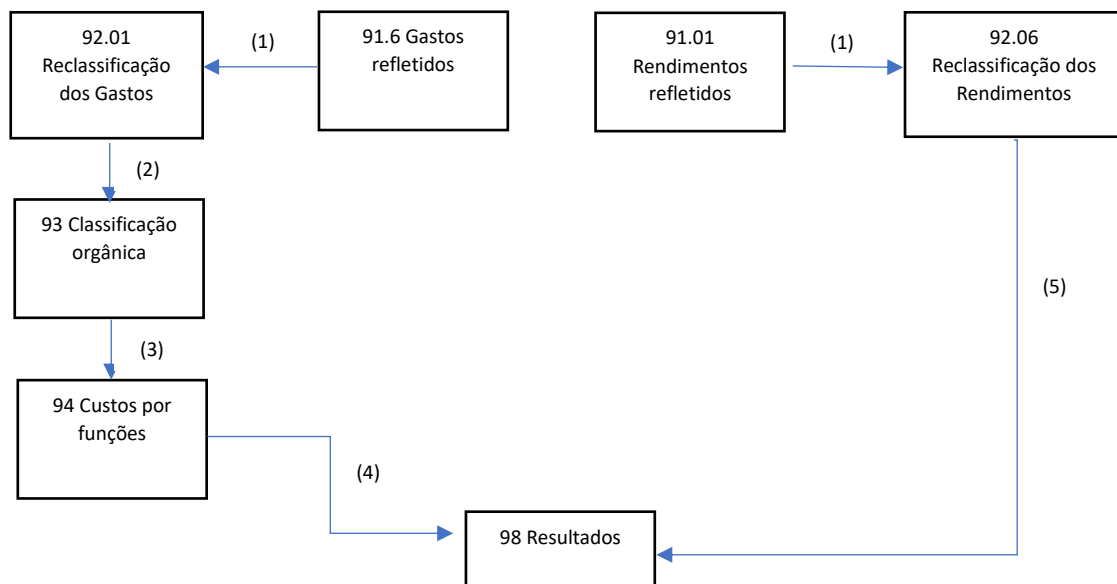
Contabilidade de Gestão

A Norma Contabilística Pública nº 27 tem como objetivo *“estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.”*

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

No decorrer do ano de 2022, o Município concluiu o processo de parametrização dos seus sistemas de informação de forma a produzir relatórios e mapas adequados à divulgação interna e externa dos gastos, rendimentos e resultados em diferentes vertentes.

A contabilidade de gestão do Município assenta no plano de contas proposto pela NCP 27, o qual, partindo de uma reclassificação dos gastos por natureza (contabilidade financeira), para gastos por objeto de custeio (contabilidade de custos), permite o uso da digrafia e o apuramento dos custos através da Classe 9, conforme o diagrama seguinte:



Notas:

- (1) Reclassificação dos gastos e rendimentos da contabilidade financeira (classe 6 e classe 7) em gastos diretos e rendimentos.
- (2) Distribuição pelas orgânicas (unidades, direções, divisões, repartições, ...) dos gastos diretos (92.01).
- (3) Repartição dos custos das orgânicas pelas atividades e funções (94).
- (4) Transferência para resultados do custo por funções.
- (5) Rendimentos do período relativos a venda de produtos, venda de serviços e rendimentos gerais.

Optou-se pela utilização do sistema de custeio baseado no cálculo dos custos por funções. Neste sentido, o valor acumulado até final de setembro de 2022 foi de 116.901,9 m€, desagregado da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	3º Trimestre 2022
	GASTOS
Funções Gerais	36 274,23
Serviços gerais e Administração Pública	30 866,48
Segurança e Ordem Pública	5 407,75
Funções Sociais	32 952,75
Educação	13 359,67
Saúde	176,69
Ação Social	3 662,38
Habituação e Serviços Coletivos	5 273,72
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	10 480,29
Funções Económicas	4 733,23
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1,43
Industria e Energia	180,10
Transporte e Comunicação	3 176,41
Comércio e Turismo	358,14
Outras Funções Económicas	1 017,15
Outras Funções	28 958,66
Operações da dívida autárquica	19 043,97
Transferências entre Administrações	7 899,28
Encargos com cobrança de impostos	1 582,68
Diversas não especificadas	432,73
Transferências de competências	13 982,76
Estruturas de atendimento ao cidadão	5,11
Educação	13 953,01
Justiça	0,94
Informação cadastral e gestão Florestal	1,03
Estacionamento público	17,99
Cultura	4,68
Total	116 901,63

milhares de euros

Ilustração 17 - Gastos por Funções²

De acordo com o quadro anterior, verifica-se que os pesos das Funções Gerais correspondem a 31% do total dos gastos, correspondente a 36.274,2 m€. Este grupo integra os Serviços gerais e Administração Pública e a Segurança e Ordem Pública.

As Funções Sociais representam 32.952,7 m€, correspondendo a um peso de 28% dos gastos do Município. A rubrica da Educação contribuiu com 41% do total dos gastos desta área de

² Os dados da Contabilidade de Gestão e da Contabilidade Patrimonial foram recolhidos em momentos diferentes tendo havido, entre um momento e outro, movimentos que não estão incorporados nas contas patrimoniais. O mais relevante foi o cálculo das depreciações e amortizações de setembro, como foi dado nota no ponto "Análise das Rubricas de Investimentos".

intervenção, ou seja, cerca de 13.359,7 m€, seguida dos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, com um peso relativo de 32% e um valor absoluto de 10.480,3 m€.

Se analisarmos as Outras Funções concluímos que somam 28.958,6 m€, dos quais, 93% dizem respeito a Operações da Dívida Autárquica (66%) - isto é, amortização, juros e outros encargos decorrentes de financiamentos, e Transferências entre Administrações (27%).

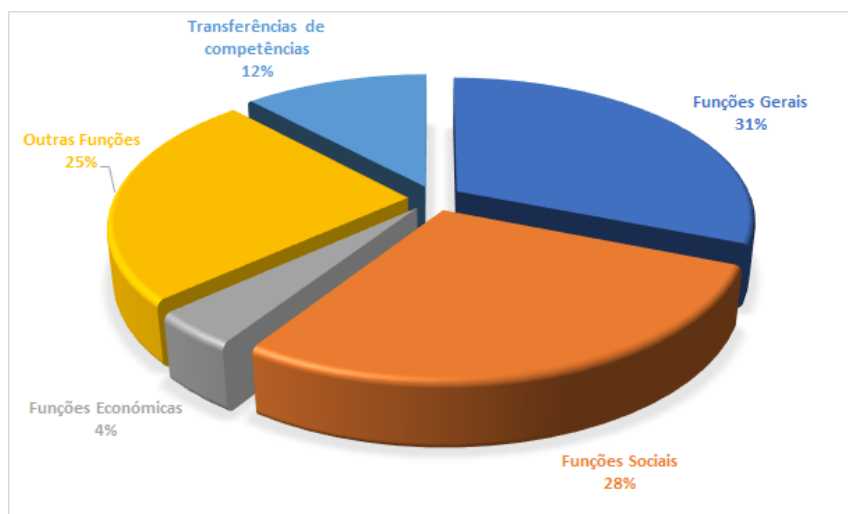


Ilustração 18 - Repartição de Gastos por Funções